



MAPADI – MOVIMENTO DE APOIO DE PAIS E AMIGOS AO DIMINUÍDO INTELECTUAL

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E DE LANCHES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL NO MAPADI E PÓLO DE TERROSO

PROGRAMA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sede: Rua José Regio, 614 - 4490-648 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef : 252 683 211 / 252 612 983 – e-mail: rhmapadi@mapadi.pt
Pólo Terroso Travessa das Poças 109 - Terroso 4495-536 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef 252 299 900 / 252 612 983 - e-mail: lar@mapadi.pt
Escritura Notarial publicada no D.R. de 13-06-1977 III série nº 160 - Registo Cons. Reg. Com. da Póvoa de Varzim nº 00004/000512



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1.1. Designação: “Prestação de Serviços de Fornecimento de Refeições e de Lanches, em Regime de Confeção Local”.

1.2. O serviço tem a classificação 55320000-9 - Serviços de provimento de refeições, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

1.3. Tipo de procedimento: concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do n.º 1, alínea a), do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado “CCP”) na redação conferida pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio e demais legislação aplicável.

1.4. No total, a duração da prestação do serviço não poderá ultrapassar os três (3) anos.

1.5. A entidade adjudicante verificou a necessidade de contratar a gestão da prestação de serviços de alimentação por forma assegurar uma alimentação equilibrada e adequada face às necessidades dos seus utentes e funcionários, em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar. A satisfação da necessidade exige recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade de a Entidade Adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.

2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. A entidade adjudicante é o MAPADI – Movimento de Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual, abreviadamente designado por MAPADI, pessoa coletiva nº 501211756, com sede na Rua José Régio, 614, na Póvoa de Varzim, Telefone +351 252 683 2112 e com o endereço de correio eletrónico rhmapadi@mapadi.pt.

2.2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é a *acinGov* e encontra-se disponível em www.acingov.pt.

2.3. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Direção em sua reunião de 29 de maio de 2023.

2.4. Forma e data da decisão de contratar: Concurso Público com publicação de anúncio no



Jornal Oficial da União Europeia, aprovado em deliberação de reunião de Direção em 29 de maio de 2023.

2.5. Órgão competente para prestar esclarecimentos: o Júri do Procedimento.

3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1. As peças do procedimento (Programa e Caderno de Encargos), em formato digital, encontram-se patentes, para consulta, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov (www.acingov.pt) dedicada aos procedimentos de contratação.

3.2. No caso de existirem dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, a entidade gestora da mesma (acinGov) disponibiliza uma linha de apoio para esse fim, cujo número de telefone consta do endereço eletrónico supracitado.

4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Os eventuais esclarecimentos, erros e omissões, retificações e/ou alterações das peças procedimentais regem-se pelo disposto no artigo 50.º do CCP.

5. VISITAS AO ESTABELECIMENTO

Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão visitar as instalações da entidade adjudicante. Para marcação das visitas devem os interessados submeter na plataforma eletrónica o respetivo pedido, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas. A data e hora para realização da visita será comunicada, pela mesma via.

6. CONCORRENTES, IMPEDIMENTOS E AGRUPAMENTOS

6.1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55º-A.

6.2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

6.3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.



6.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

6.5. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas os membros agrupados serão responsáveis solidariamente, perante a Entidade Adjudicante, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta e/ou da sua apresentação.

7. INSTRUÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta é constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

7.1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) – cfr. Anexo A.

7.1.2. Listagem contendo a identificação completa (denominação, NIF e morada da sede) do(s) respetivo(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares, isto é, do(s) fornecedor(es) que fornecerá(ão) as matérias-primas necessárias à confeção das refeições na fase de execução do contrato a celebrar, juntando, para efeitos de avaliação, os comprovativos das certificações que tal(ais) fornecedor(es) detenha(m) no âmbito da Segurança Alimentar da Qualidade e Ambiente, de acordo com as seguintes normas:

- ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar)
- ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente;
- ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) ou equivalente;
- IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

7.1.3. Plano de Formação

7.1.4. Proposta de preço unitário global por refeição, arredondado à centésima, de acordo com o Anexo B, em que discrimine:

- a) Custo da matéria-prima alimentar, obrigatoriamente, igual ou superior a 1,80€;
- b) Custo da matéria-prima não alimentar;
- c) Encargos com o pessoal: salários, remunerações adicionais, encargos sociais, seguros, medicina no trabalho, subsídio de férias e Natal, de acordo com **Anexos** do Caderno de Encargos – **Quadro E**, incorporando, no mínimo, os custos dele constantes;
- d) Encargos com a manutenção dos equipamentos;



- e) Encargos Gerais e Lucro;
- f) Valor Global Unitário por refeição.

7.1.5. Proposta de preço unitário global por lanche, arredondado à centésima, de acordo com o Anexo B, em que discrimine:

- a) Custo da matéria-prima alimentar, obrigatoriamente, igual ou superior a 0,40€;
- b) Valor Global Unitário por lanche.

7.1.6. Plano HACCP a implementar nos refeitórios do Mapadi Sede e Lar Residencial, de acordo com o estipulado no Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1019/2008, da Comissão de 17 de outubro e pelo Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento e do Conselho de 11 de março, e respetivos pré-requisitos, os quais deverão ser discriminados unicamente em função do objeto do presente concurso;

7.1.7. Documento que identifique, descreva e evidencie a formação de certificação de competências dos trabalhadores, desenvolvida nos últimos 12 meses, para efeitos de aplicação de critério de desempate;

7.1.8. Documento com proposta de ementas para cinco semanas;

7.1.9. Cópia da Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à Certidão Permanente de Registo.

7.2. Para efeitos do previsto em 7.1.3. os CAE (Classificação de Atividade Económica) dos fornecedores de matérias alimentares deverão integrar-se nos Grupos 463 e/ou 472;

7.3. Nota justificativa do preço proposto caso o mesmo seja anormalmente baixo, nos termos do disposto no ponto 11 do presente Programa de Concurso;

7.4. No decorrer do procedimento, sob pena de exclusão da proposta, todos os documentos submetidos na plataforma devem ser individualmente assinados pelo concorrente mediante assinatura eletrónica qualificada, ao abrigo do n.º 4 do artigo 62.º do CCP e, em sua concretização, conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17/08.

7.5. A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov disponibiliza um documento denominado “Formulário Principal” que deverá ser preenchido pelos concorrentes, conforme se determina na alínea b), do n.º 1, do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



8. PROPOSTAS EM RELAÇÃO A PARTES, DIVERGENTES OU VARIANTES

- 8.1. Só serão admitidas propostas para a globalidade do objeto do concurso.
- 8.2. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
- 8.3. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. IDIOMA

As propostas e os documentos que as acompanham e instruem são necessariamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

Quando redigidas noutro idioma, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

11. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA VARIANTE

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

12. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 71º do CCP, o valor a partir do qual o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, é de 50% ou mais inferior ao preço base fixado. Analisando o mercado para a atividade económica em questão, e por forma a garantir qualidade na prestação do serviço em causa, tendo em conta os riscos de oscilação do valor das matérias-primas e qualificação de mão-de-obra, define-se como preço anormalmente baixo o preço unitário da refeição que seja inferior a 2,90€ e do preço unitário do lanche que seja inferior a 0,35€.

O preço contratual proposto será considerado anormalmente baixo cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.



13. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

13.1.A proposta, elaborada nos termos do Ponto 7 do presente Programa e contendo todos os documentos aí exigidos, é apresentada diretamente na plataforma eletrónica acinGov.

13.2.A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

14. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo de apresentação da proposta decorre até às 23 horas e 59 minutos do trigésimo (30.º) dia a contar da data do envio do anúncio relativo à publicação do concurso público no JOUE.

15. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E PREÇO BASE

16.1.A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator previsto no n.º 1, alínea a), do artigo 74.º, do CCP, com uma **pontuação máxima de 5,000 pontos** (arredondamento até três casas decimais), e com os seguintes fatores:

F1 – Preço global - Ponderação de 60%

F2 – Qualidade - Ponderação de 40%

16.2. Relativamente ao fator **F1-Preço global** será atribuída à proposta de mais baixo preço a pontuação máxima de 5 pontos e às restantes propostas pontuações proporcionais de acordo com a seguinte fórmula:

$$F1 = (X_0 \times 5) \div X$$

em que **F1** =pontuação, **X₀**=valor da proposta de mais baixo preço e **X** =valor da proposta de cada um dos restantes concorrentes.

16.3. A avaliação do Fator **F2- Qualidade** será efetuada de harmonia com o estabelecido no **Anexo C** do presente Programa, tomando em conta os seguintes subfactores:

F2.1 Qualidade e Segurança das Matérias-Primas – Ponderação de 30%

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sede: Rua José Régio 614 - 4460-648 Povoa de Varzim - Portugal - Telef. 252 683 211 / 252 612 983 – e-mail: rhmapadi@mapadi.pt
Polo Terroso, Travessa das Poças 109 - Terroso 4495-536 Povoa de Varzim - Portugal - Telef 252 299 900 / 252 612 983 - e-mail: iari@mapadi.pt
Escritura Notarial publicada no D.R. de 13-06-1977, III serie nº 160 - Registo Cons. Reg. Com. da Povoa de Varzim nº 00004/000512



Corresponde ao parâmetro a considerar na avaliação da proposta, no que se refere à qualidade e segurança das matérias-primas alimentares, assegurada pela implementação de metodologias pelos fornecedores de bens alimentares dos concorrentes que assegurem sistemas de gestão de qualidade em conformidade com as normas ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente; ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente; ISO 14001:2015 (Sistemas de Gestão Ambiental) ou equivalente; e IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

F2.2 Formação – Ponderação de 10%

Afere a qualidade do plano de formação proposto assegurado por uma Entidade Formadora Certificada, abordando as temáticas de Higiene e Segurança Alimentar e outras temáticas promotoras de um bom ambiente e serviço no refeitório.

16.4. A pontuação final (PF) será obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PF = 0,6 \times F1 + (0,3 \times F2.1 + 0,1 \times F2.2)$$

16.5. Em caso de **empate**, aplicam-se as seguintes regras de desempate, de acordo com a ordem seguinte:

- 1.ª Regra: Prevalece a proposta que tiver maior pontuação no fator F1 Preço global ;
- 2.ª Regra: Se o empate subsistir, prevalece a proposta que obtiver maior pontuação no subfator F2.1 do Fator F2 Qualidade.
- O recurso a sorteio constituirá regra residual.

16.6. O preço base é o que se encontra preceituado na Cláusula 7.ª, nº5 do Caderno de Encargos do presente procedimento, correspondendo ao preço máximo que a Entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

17. ABERTURA E CONSULTA DAS PROPOSTAS

17.1 A abertura das propostas, efetuada na plataforma eletrónica “acinGov”, terá lugar no



1º (primeiro) dia útil imediato ao da entrega das propostas, procedendo-se à publicação da lista dos concorrentes, na já referida plataforma.

17.2 Mediante autorização da Entidade Adjudicante, a entidade gestora da plataforma eletrónica irá atribuir em simultâneo, aos concorrentes incluídos na lista acima mencionada, códigos de acesso que lhes possibilita a consulta de todas as propostas apresentadas.

17.3 É aplicável o disposto no artigo 138.º do CCP.

18. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

18.1 As propostas serão analisadas quanto à conformidade do exigido nas peças do procedimento e em relação a todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação.

18.2 Após o exame pormenorizado às propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual irá propor a admissão ou exclusão fundamentada das propostas e apresentar a ordenação, para efeitos de adjudicação, das propostas consideradas admitidas.

18.3 Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o em simultâneo a todos os concorrentes, notificando-os por meio da plataforma eletrónica, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

18.4 O prazo de audiência prévia é de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Caso se registre a apresentação de uma única proposta será aplicável o regime previsto no artigo 125º, por remissão do disposto no artigo 147º do CCP.

19 RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO

19.1 Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado.

19.2 O relatório final é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. O adjudicatário, quando notificado para o efeito, terá de apresentar, na plataforma eletrónica “acinGov”, os seguintes documentos:

20.1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo D ao presente Programa;



20.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), f) e h) do artigo 55.º do CCP;

20.1.3. Comprovativo de declaração ou Código de acesso ao Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento do disposto no artigo 36º, da Lei 89/2017, de 21 de agosto;

20.1.4. Plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas caso o adjudicatário se qualifique como grande empresa.

20.2. Idioma dos documentos de habilitação:

20.2.1. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

20.2.2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução.

20.2.3. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação ao adjudicatário.

21. CAUÇÃO

21.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das respetivas obrigações, a Entidade Adjudicante exigirá à entidade adjudicatária a prestação de caução, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual.

21.2. A caução é prestada por depósito em numerário ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, no mesmo prazo de apresentação dos documentos de habilitação.

21.3. O depósito em numerário ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

21.4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

21.5. A garantia bancária a apresentar deve respeitar o conteúdo do Anexo E e o seguro-caução o conteúdo do Anexo F do presente Programa do Concurso.

21.6. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário, legalmente autorizado, assegure, até ao limite do valor da caução o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela



entidade adjudicante, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações por parte do adjudicatário.

21.7. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

21.8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

21.9. Todas as despesas derivadas da prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas neste Programa, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

23. INFORMAÇÃO RELATIVA A PROTEÇÃO DE DADOS

23.1. Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que todos os dados pessoais a que o Mapadi tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e, sejam objeto de tratamento, este encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 6º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

23.2. Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 anos, a contar da data da celebração do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 107º do CCP, sem prejuízo da observância do prazo previsto de 10 anos, nos termos artigo 70.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 98/97, de 26/08, na sua atual redação, que aprovou o Regime da Organização e Processo do Tribunal de Contas.



MAPADI – MOVIMENTO DE APOIO DE PAIS E AMIGOS AO DIMINUÍDO INTELECTUAL

ANEXOS DO PROGRAMA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sede: Rua Jose Régio, 614 - 4490-648 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef. 252 683 211 / 252 612 983 – e-mail: rhmapadi@mapadi.pt
Pólo Terroso Travessa das Poças 109 - Terroso 4495-536 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef 252 299 900 /252 612 983 - e-mail: iar@mapadi.pt
Escritura Notarial publicada no D.R. de 13-06-1977, III série nº 160 - Registo Cons. Reg. Com. da Póvoa de Varzim nº 00004/000512



MAPADI – MOVIMENTO DE APOIO DE PAIS E AMIGOS AO DIMINUÍDO INTELECTUAL

ANEXO A

DEUCP

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sede: Rua José Régio, 614 - 4490-648 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef 252 683 211 / 252 612 983 – e-mail: rhmapadi@mapadi.pt
Polo Terroso Travessa das Poças 109 - Terroso 4495-536 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef 252 299 900 / 252 612 983 - e-mail: lar@mapadi.pt
Escritura Notarial publicada no D.R. de 13-06-1977 III serie nº 160 - Registo Cons. Reg. Com. da Póvoa de Varzim nº 00004/000512



ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

PREÇO GLOBAL, PREÇO UNITÁRIO e sua COMPOSIÇÃO

.....(identificação do concorrente) depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público para “**Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimentos de Refeição do Mapadi Sede e Lar Residencial**”, obriga-se a executar o referido serviço em conformidade com o Caderno de Encargos e número total de refeições estimadas nele previstas, pelo preço global de € _____, _____ (por algarismos e por extenso).

O valor indicado corresponde ao preço unitário para cada refeição, de:

Preço da refeição de _____, _____ EUR (por algarismos e por extenso)

O Preço da refeição acima indicado compõe-se da seguinte forma:

- Custos com matérias-primas alimentares _____, _____ EUR (extenso).
- Custos com matérias-primas não alimentares _____, _____ EUR (extenso).
- Encargos de Pessoal _____, _____ EUR (extenso).
- Encargos Manutenção Equipamento _____, _____ EUR (extenso).
- Encargos Gerais e Lucro _____, _____ EUR (extenso).

Nota: Nenhuma componente do preço unitário, poderá ter o valor de 0,00€, e deverá ser arredondado às centésimas, segundo as regras gerais do arredondamento

Preço do lanche de _____, _____ EUR (por algarismos e por extenso) .

O Preço do lanche acima indicado compõe-se da seguinte forma:

- Custos com matérias-primas alimentares _____, _____ EUR (extenso)

Nota: Nenhuma componente do preço unitário, poderá ter o valor de 0,00€, e deverá ser arredondado às centésimas, segundo as regras gerais do arredondamento

Às quantias supra acrescerá o IVA à taxa legal em vigor de (indicar qual).

Mais declara que se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor, que lhe seja aplicável.

Data:

(Assinatura)



ANEXO C

REGRAS DE AVALIAÇÃO DOS SUBFATORES DO FATOR QUALIDADE

F2.1 Qualidade e segurança das matérias-primas alimentares - Ponderação de 30%

Corresponde ao parâmetro a considerar na avaliação da proposta, no que respeita à qualidade e segurança das matérias-primas alimentares, assegurada pela implementação de metodologias pelos fornecedores de bens alimentares dos concorrentes que assegurem sistemas de gestão de qualidade e de segurança dos alimentos em conformidade com as normas ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente; ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente; ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) ou equivalente; IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

A pontuação neste subfator é atribuída em função da aferição da existência de fornecedor de matérias-primas com o maior número de certificações requeridas, nos seguintes termos:

O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) de todas as certificações acima referidas.	5 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) de 3 (três) das certificações acima descritas ou equivalentes.	4 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) de 2 (duas) as certificações acima descritas ou equivalentes.	3 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) de 1 (uma) das certificações.	2 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente não dispõe(m) de nenhuma das certificações acima referidas.	0 Pontos



REGRAS DE AVALIAÇÃO DOS SUBFATORES DO FATOR QUALIDADE

F2.2 Formação - Ponderação de 10%

O Plano de Formação destinado ao pessoal afeto ao serviço de refeições, afere a qualidade do plano de formação proposto, tendo em conta os seguintes descritores, ponderados nos seguintes termos:

Plano de formação, bem estruturado, em conformidade com o art.º 131º da Lei nº93/2019, de 04/09, assegurado por entidade(s) formadora(s) certificada(s), e subordinadas à temática de Higiene e Segurança Alimentar e a outras temáticas promotoras de um bom ambiente e serviço no refeitório. O plano apresenta um conjunto de ações em número igual ou superior a 6 ações.	5 pontos
Plano de formação, bem estruturado, em conformidade com o art.º 131º da Lei nº93/2019, de 04/09, assegurado por entidade(s) formadora(s) certificada(s), e subordinadas à temática de Higiene e Segurança Alimentar e a outras temáticas promotoras de um bom ambiente e serviço no refeitório. O plano apresenta um conjunto de ações em número igual ou superior a 4 ações.	4 pontos
Plano de formação, bem estruturado, em conformidade com o art.º 131º da Lei nº93/2019, de 04/09, assegurado por entidade(s) formadora(s) certificada(s), e subordinada apenas à temática de Higiene e Segurança Alimentar. O plano apresenta um conjunto de ações em número superior a 2 ações.	3 pontos
Plano de formação, bem estruturado, em conformidade com o art.º 131º da Lei nº93/2019, de 04/09, assegurado por entidade(s) formadora(s) certificada(s), e subordinada apenas à temática de Higiene e Segurança Alimentar. O plano apresenta um conjunto de ações em número igual a 2 ações.	2 pontos
Não foi apresentado plano de formação	0 pontos



ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÃO [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de

(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO E

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco, com sede em....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de

....., com o capital social de, presta a favor do Mapadi, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de (extenso e algarismos), correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e

integral cumprimento das obrigações que a..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, o Mapadi, vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato referente ao “Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimentos de Refeição no Mapadi e Lar Residencial”, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da beneficiária sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que

..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-

se em vigor até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária.

Data, assinatura e selo branco do Banco



ANEXO F

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor do Mapadi, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de (extenso e algarismos), correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral

cumprimento das obrigações que a (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, o Mapadi vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato referente ao **“Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimentos de Refeição no Mapadi e Pólo de Terroso”**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da beneficiária sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à beneficiária quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizado o seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Data, assinatura e selo branco da entidade seguradora



MAPADI – MOVIMENTO DE APOIO DE PAIS E AMIGOS AO DIMINUÍDO INTELECTUAL

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Sede e Pólo-Póvoa: Rua Jose Régio, 614 - 4490-648 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef.: 252 683 211 / 252 612 983 - E-mail: rhmapadi@mapadi.pt

Pólo Terroso: Travessa das Poças 109 - Terroso - 4495-536 Póvoa de Varzim - Portugal - Telef.: 252 299 900 / 252 612 983 - E-mail: lar@mapadi.pt

Escritura Notarial publicada no D.R. de 13-06-1977, III série nº 160 - Registo Cons. Reg. Com. da Póvoa de Varzim nº 00004/000512



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

ANEXO I UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Quadro A

LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

ESTABELECIMENTO	MORADA	LOCAL DE CONFEÇÃO
EDIFICIO SEDE	Rua José Régio 614 4490-648 PÓVOA DE VARZIM	No próprio local
LAR RESIDENCIAL	Rua Sejães 4495-548 TERROSO, PÓVOA DE VARZIM	No próprio local

Quadro B

ESTIMATIVA DO Nº DE REFEIÇÕES E DE LANCHES A FORNECER POR LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO / DIA

ESTABELECIMENTO	NÚMERO DE REFEIÇÕES PREVISTAS			NÚMERO DE LANCHES PREVISTOS			
	Almoço	Jantar	TOTAL	Pequeno Almoço	Lanche da manhã	Lanche da tarde	TOTAL
EDIFICIO SEDE	134		134		58	58	116
LAR RESIDENCIAL	72	60	132	55	35	50	140
TOTAL DE REFEIÇÕES			266	TOTAL DE LANCHES			256

ESTIMATIVA DO Nº DE REFEIÇÕES E DE LANCHES A FORNECER POR LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO / ANO

ESTABELECIMENTO	NÚMERO DE REFEIÇÕES PREVISTAS			NÚMERO DE LANCHES PREVISTOS			
	Almoço	Jantar	TOTAL	Pequeno Almoço	Lanche da manhã	Lanche da tarde	TOTAL
EDIFICIO SEDE	30 820		30 820		13 340	13 340	26 680
LAR RESIDENCIAL	26 280	21 900	48 180	20 075	12 775	18 250	51 100
TOTAL DE REFEIÇÕES			79 000	TOTAL DE LANCHES			77 780



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Quadro C

FREQUÊNCIA E HORÁRIOS DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES POR LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO	HORÁRIO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES E LANCHES				
		Pequeno Almoço	Lanche da manhã	Almoço	Lanche da Tarde	Jantar
EDIFÍCIO SEDE	Todos os dias úteis do ano, com exceção do mês de interrupção das atividades (cerca de 230 dias/ano)		9:15h	12:00h-14:00h	15:45h	
POLO DE TERROSO	Todos os dias do ano (365 dias/ano)	08:00h-09:00h	9:15h	12:00h-13:00h	15:45h	19:00h-20:00h

Quadro D

RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS POR LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	RECURSOS HUMANOS (Categoria)	HORÁRIO	
EDIFÍCIO SEDE	Cozinheiro(a) de 2ª	40 horas	horário das 8:00 h às 17:00, dias úteis
	Empregado(a) Refeitório	40 horas	
	Empregado(a) Refeitório	40 horas	
POLO DE TERROSO	Cozinheiro(a) de 2ª	40 horas	2 equipes em turnos rotativos para cobertura do horário das 8:00 h às 21:30h, 7 dias/semana.
	Empregado(a) Refeitório	40 horas	
	Cozinheiro(a) de 2ª	40 horas	
	Empregado(a) Refeitório	40 horas	



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Quadro E

INCIDÊNCIA MÍNIMA DOS ENCARGOS COM PESSOAL NO PREÇO UNITÁRIO DA REFEIÇÃO

CATEGORIA	NR. DE TRABALHADORES	CARGA HORÁRIA SEMANAL (Nº HORAS)	RETRIBUIÇÃO MENSAL	RETRIBUIÇÃO MENSAL TOTAL	SUBSÍDIO DE NATAL E FÉRIAS	ENCARGOS SOCIAIS	OUTROS ENCARGOS	TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	
								MÊS	VALOR ANUAL
Encarregado/a	1	40						12	
Cozinheiro/a 2ª	3	40						12	
Empregado/a Refeitório	4	40						12	

Total de Encargos Pessoal / Ano		
nº Total de Refeições / Ano		79 000
Incidência por Refeição dos Encargos com Pessoal		



Quadro F – Capitação dos Alimentos


GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
Carne de porco	
Em peça	170/150
Febra	160/140
Escalopes para panar	140/120
Estufar/ assar	170/150
Costeletas	200/160
Costeletas para panar	180/140
Entrecosto para grelhar ou fritar	230/190
Entrecosto para guisar	230/190
Cabeça	320/270
Pernil	300/270
Orelha/chispe para feijoada ou rancho ou cozido	80/60
Leitão assado	300/280
Leitão cru	320/280
Para rancho/feijoada	80/60
Arroz de carnes/tortilha	80/60
À portuguesa /a alentejana	160/140
À valenciana	80/60
Rojões	160/140
Chouriço carne, farinheira, bacon para Cozido Aportuguesa	20/20
Chouriço carne, farinheira, bacon para feijoada/rancho	10/10
Carne de vitela	
Bife/ escalopes	160/140
Assar	170/150
Almôndegas Hambúrguer	150/130
Jardineira	150/130
Strogonoff	150/130
Feijoada /rancho	80/70
Estufar sem osso	160/140
Picada: lasanha, empadão	140/120
Picada para bolonhesa	80/70
Arroz de carne	80/70
Arroz à valenciana	80/70



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES


Carlos Oliveira

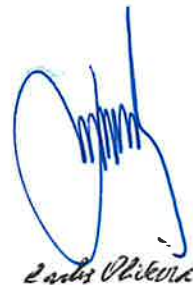
GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
Cabrito ou Borrego	
Assar	320/300
Para caldeirada/ estufar	260/250
Costeletas para grelhar	190/170
Arroz	260/240
Perú	
Assar	250/230
Estufar	260/240
Espetada	170/150
Roti	160/140
Bife	170/150
Escalopes para panar	150/130
Coxa	240/220
Pato	
Assar	320/300
Estufar	330/310
Para arroz	270/250
Frango/galinha	
Assar no forno/estufar	270/250
Arroz frango/ jardineira	230/210
Coxas	260/230
Para cozido à portuguesa	80/70
Bife	170/150
Canja	50/40
Espetada	170/150
Ovos	
Cozido	1 unidade
Mexidos /omelete/tortilha	2 unidades
Brás /Gomes de Sá	1 unidade
Coelho	
Estufar/	280/260
Para arroz/assar	250/230
Azeite	
Sopa	3 ml
Estufados/assados/gratinados	3 ml
Temperos saladas/cozidos	5 ml



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES


Carlos Oliveira

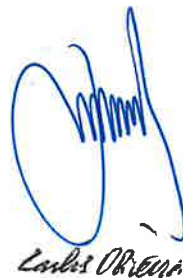
GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
Óleo	
Amendoim	10 ml
Girassol	10 ml
Vários	
Leite para puré	45ml
Leite-creme	200 ml
Açúcar	6 a 8 g
Sal	0,2 g
Pão de mistura	45 g
Pão regional para açorda	150 g
Pão ralado, broa, farinha trigo	q.b.
Peixes	
Sopa de peixe	60/50
Abrótea, Pargo, Badejo,	220/200
Abrótea/pescada com ovo	160/140
Corvina, Pescada, Maruca	220/200
Arroz peixe (pescada)	220/200
Goraz, Red-fish	220/200
Peixe-Espada	220/200
Pescadinhas	220/200
Dourada	220/200
Pescada	220/200
Perca	220/200
Carapaus	220/200
Salmão	220/200
Fanecas	270/250
Filetes para panar	170/150
Linguado	240/220
Solha	240/220
Truta	220
Caldeirada de peixe (3 espécies)	200
Sardinhas	210
Raia	165
Cação para estufar	220
Atum salada mista	100
Atum arroz/massa	120
Bacalhau assar /gratinar	190
Bacalhau para cozer com ovo	140
Bacalhau para caldeirada /fritar	170



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES



Carlos Oliveira

GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
Peixes (continuação)	
Bacalhau gomes de Sá	130
Bacalhau à Brás	120
Bacalhau para 4 pataniscas	130
Pastéis de bacalhau (4 uni)	130
Meia desfeita de bacalhau	130
Barrinhas de pescada panada	5 unidades
Moluscos	
Polvo para cozer	260
Polvo para filetes	290
Polvo para arroz	240
Choco limpo para grelhar	240
Choco limpo para guisar	220
Lulas estufadas/caldeirada	240
Lulas para grelhar	260
Mariscos	
Amêijoas em casca (decoração)	35
Berbigão miolo (incorporação)	25
Camarão miolo (incorporação)	25
Camarão em casa (incorporação)	50
Mexilhão	20
Bacalhau	
Assar/gratinar/fritar	170
À Brás	130
Pasteis/ pataniscas	130
Gomes de Sá	140
Meia desfeita com ovo	130
Cozer com ovo	140
Cozer sem ovo	170
Vários	
Grão guarnição base	90/80
Grão guarnição mista	70/60
Grão para sopa	60/50
Feijão guarnição base	90/80
Feijão guarnição mista	70/60
Feijão para sopa	60/50



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
Frutas	
Morangos	150
Pera	160
Maça	170
Pêssego	160
Melancia	240
Melão/meloa	200/220
Uvas	160
kiwi	120
Banana	150
Laranja	160
Tangerina	160
Abacaxi	170
Ameixa	180
Cereja	150
Doces	
Pudim	200 ml
Gelatina	200 ml
Mousse	200 ml
Outras sobremesas	200 ml
Hortícolas	
Abóbora para sopa	40
Alho-francês para sopa	40
Arroz doce	20
Arroz guarnição base	80/70
Arroz sopa	5
Batata para sopa	60/50
Batata cozer	270/250
Batata assar	270/250
Batata para fritar	270/250
Batata jardineira /caldeirada/camponesa	200/180
Puré	270/250
Brócolos para sopa	40
Brócolos guarnição	60
Cenoura para sopa/arroz	30



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Antônio Ribeiro

GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
<i>Hortícolas (continuação)</i>	
<i>Cenoura guarnição mista</i>	40
<i>Salada mista/camponesa</i>	40
<i>Cebola para arroz</i>	10
<i>Cebola para sopa</i>	15
<i>Cebola estufados/assados</i>	20
<i>Cebola tempero</i>	10
<i>Cebolada</i>	30
<i>Espargos sopa</i>	30
<i>Espinafres</i>	40
<i>Espinafres para esparregado</i>	120
<i>Salada mista</i>	40
<i>Feijão verde para guarnição mista</i>	40
<i>Feijão verde para sopa/jardineira</i>	40
<i>Feijão para arroz</i>	20
<i>Feijão seco sopa</i>	20
<i>Feijão seco para arroz</i>	20
<i>Feijão guarnição</i>	60
<i>Grelos arroz /sopa</i>	40
<i>Grelos guarnição</i>	120
<i>Lombarda guarnição mista</i>	80
<i>Lombarda para sopa</i>	50
<i>Milho salada</i>	30
<i>Massa guarnição base</i>	80/70
<i>Massa guarnição mista</i>	50/40
<i>Lasanha</i>	3 placas
<i>Massa (canja)</i>	25
<i>Cogumelos guarnição</i>	50
<i>Couves sopa (repolho, coração, lombarda, galega)</i>	40
<i>Couve guarnição (repolho, coração, lombarda, galega)</i>	80
<i>Couve portuguesa para sopa</i>	50
<i>Couve portuguesa para guarnição</i>	40
<i>Couve Bruxelas guarnição</i>	60
<i>Couve-flor</i>	50
<i>Courgette para sopa</i>	30
<i>Couve roxa salada mista</i>	25
<i>Lentilhas para sopa</i>	20
<i>Grão-de-bico sopa</i>	20



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

GÉNERO ALIMENTÍCIO	GRAMAGEM (g)
	ADULTOS/IDOSOS
<i>Hortícolas (continuação)</i>	
<i>Grão-de-bico guarnição</i>	60
<i>Nabo para sopa</i>	40
<i>Nabiças para esparregado</i>	80
<i>Nabiças para sopa</i>	40
<i>Pepino salada mista</i>	25
<i>Pimento arroz/caldeirada</i>	25
<i>Pimento salada</i>	25
<i>Tomate para salada mista</i>	50
<i>Tomate para sopa</i>	35
<i>Tomate para arroz/estufados/assados</i>	35
<i>Caldo verde já cortado)</i>	40
<i>Juliana já cortada)</i>	50
<i>Alface salada mista</i>	40
<i>Alface sopa</i>	35
<i>Agriões para sopa</i>	35
<i>Ervilhas descascadas guarnição mista</i>	40
<i>Ervilhas descascadas para sopa</i>	30
<i>Ervilhas para arroz</i>	40



MAPADI

DESIGNAÇÃO: Prestação de Serviços de Confeção e Fornecimento de refeições.

ANEXO I – UNIDADES DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES